

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
CAPÍTULO I	
ESTRUTURA DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	
1. – MENÇÕES INTRODUTÓRIAS	15
1.1. Conceito de direito processual penal	15
1.2. Noção de processo	19
2. – O DIREITO PROCESSUAL PENAL ANGOLANO	21
2.1. O processo penal, a Constituição e o direito internacional	21
2.2. O Código de Processo Penal	24
2.3. A legislação avulsa	26
2.4. Estrutura do Código de Processo Penal	27
3. – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	29
3.1. <i>Relativamente à configuração do processo</i>	30
3.1.1. Princípios da jurisdição e do juiz natural	30
3.1.2. Princípios do acusatório e do inquisitório	34
3.1.3. Princípio da igualdade de armas	38
3.1.4. Princípio da defesa	39
3.1.5. Princípio da lealdade processual	40
3.2. <i>Relativamente ao impulso processual</i>	41
3.2.1. Princípio da oficialidade	41
3.2.2. Princípios da legalidade e da oportunidade	43
3.2.3. Princípio da acusação	46
3.3. <i>Relativamente ao andamento do processo</i>	50
3.3.1. Princípio do contraditório	50
3.3.2. Princípio da investigação	52
3.3.3. Princípios da independência da acção penal e da suficiência do processo penal	52

3.3.4. Princípios da celeridade e da economia processuais.....	53
3.4. <i>Relativamente à prova</i>	55
3.4.1. Princípio da presunção de inocência.....	55
3.4.2. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	55
3.4.3. Princípio da livre apreciação da prova.....	57
3.4.4. Princípio da verdade material.....	59
3.5. <i>Relativamente à forma</i>	60
3.5.1. Princípio da publicidade.....	60
3.5.2. Princípio da oralidade.....	62
3.5.3. Princípio da imediação.....	63
3.5.4. Princípios da continuidade e da concentração.....	64
4. – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS PROCESSUAIS PENAIIS.....	65
4.1. Interpretação.....	66
4.2. Integração.....	67
5. – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO.....	71
6. – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO.....	72
CAPÍTULO II	
INTERVENIENTES PROCESSUAIS	
1. – ENQUADRAMENTO.....	77
1.1. Esboço.....	77
1.2. Caracterização.....	78
2. – SUJEITOS PROCESSUAIS.....	78
2.1. Integração.....	78
2.2. Juiz.....	80
2.3. Ministério Público.....	104
2.4. Arguido.....	117
2.5. Defensor.....	135
2.6. Assistente.....	139
3. – OUTROS INTERVENIENTES PROCESSUAIS.....	148
3.1. Apresentação.....	148
3.2. Órgãos de polícia criminal.....	148
3.3. Partes civis.....	151

CAPÍTULO III**OS ACTOS PROCESSUAIS**

1. – CONCEITO	163
2. – CLASSIFICAÇÃO.....	164
3. – REQUISITOS DOS ACTOS PROCESSUAIS.....	167
4. – RELEVÂNCIA JURÍDICA	178
5. – PUBLICIDADE DOS ACTOS PROCESSUAIS.....	185
5.1. Considerações prévias.....	185
5.2. O princípio da publicidade dos actos.....	186
5.3. O princípio do segredo de justiça	196

CAPÍTULO IV**PROVA**

1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS E INICIAIS.....	207
1.1. Enquadramento e definição.....	207
1.2. Prova e probabilidade.....	209
1.3. O princípio da livre apreciação da prova	211
2. – OBJECTO DA PROVA	214
3. – MEIOS DE PROVA	217
3.1. Noção e espécies	217
3.2. Prova testemunhal.....	218
3.3. Prova por declarações.....	228
3.4. Prova por acareação	232
3.5. Protecção das Vítimas. Testemunhas e Arguidos Colaboradores.....	233
3.6. Prova por reconhecimento.....	240
3.7. Prova por reconstituição do facto	244
3.8. Prova pericial	246
3.9. Prova documental	255
4. – MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA.....	260
4.1. Noção	260
4.2. Espécies, enumeração.....	262
4.3. Medidas de prevenção e protecção da prova.....	262
4.4. Revistas e buscas.....	263

4.5. Apreensões	271
4.6. Exames.....	279
4.7. Escutas telefónicas.....	281
4.8. Provas proibidas, provas nulas e provas irregulares	288
4.9. As provas obtidas através dos chamados “homens de confiança”	305

CAPÍTULO V

MEDIDAS DE COACÇÃO E DE GARANTIA PATRIMONIAL

1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS	319
1.1. Noção	319
1.2. Princípios informadores.....	320
1.3. Pressupostos gerais de aplicação.....	327
1.4. Despacho de aplicação das medidas.....	329
1.5. Violação das obrigações impostas. Revogação, substituição e extinção das medidas de coacção	330
1.6. Espécies de medidas	331
1.7. Competência para a aplicação.....	332
2. – MEDIDAS DE COACÇÃO	346
2.1. Enunciação.....	346
2.2. Regime jurídico.....	346
2.2.1. Termo de identidade e residência	349
2.2.2. Obrigação de apresentação periódica às autoridades.....	350
2.2.3. Proibição ou obrigação de permanência em determinados locais e proibição de contactos	351
2.2.4. Caução	352
2.2.5. Interdição de saída do País.....	353
2.2.6. Prisão preventiva domiciliária	353
2.2.7. Prisão preventiva	354
3. – IMPUGNAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES	362
3.1. Impugnação judicial e Recurso	362
3.2. <i>Habeas Corpus</i>	365
3.3. Utilização simultânea do recurso e do <i>habeas corpus</i> ?	370
4. – INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO ILEGAL OU INJUSTIFICADA DA LIBERDADE.....	374
4.1. Ideias gerais.....	374
4.2. Modalidades.....	375

5. – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL	382
5.1. Noção	382
5.2. Regime jurídico.....	382

CAPÍTULO VI

NOTÍCIA DO CRIME E ACTOS SUBSEQUENTES

1. – AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME	387
1.1. Constatação directa do M.º P.º	388
1.2. Transmissão dos órgãos de polícia criminal	389
1.3. Denúncia de terceiros	392
2. – MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PROTECÇÃO DA PROVA	396
2.1. Recolha de indícios factuais e sua salvaguarda.....	398
2.2. Recolha de informações pessoais.....	399
2.3. Protecção de objectos relacionados com o crime.....	403
3. – DETENÇÃO	406
3.1. Detenção em flagrante delito	409
3.2. Detenção fora de flagrante delito.....	411

CAPÍTULO VII

MARCHA DO PROCESSO

1. – INTRODUÇÃO	417
2. – FASES PRELIMINARES	418
2.1. Introdução.....	418
2.2. A Instrução Preparatória	418
2.2.1. Estrutura.....	418
2.2.2. Desenvolvimento.....	423
2.2.3. Encerramento da instrução preparatória.....	428
2.2.4. Decisão final.....	429
2.2.4.1. Arquivamento da instrução preparatória.....	429
2.2.4.2. Suspensão provisória do processo.....	432
2.2.4.3. Acusação.....	439
2.3. A Instrução Contraditória	445
3. – FASES SUBSEQUENTES	459
3.1. A Audiência de julgamento.....	459
3.2. A sentença	507

CAPÍTULO VIII

PROCESSOS ESPECIAIS

1. — PROCESSO SUMÁRIO	533
1.1. Noção e âmbito de aplicação	533
1.2. Procedimento preliminar. Julgamento	535
1.3. Reenvio para a forma comum.....	538
1.4. Recorribilidade	539
2. — PROCESSO DE CONTRAVENÇÕES	540
2.1. Âmbito, regime, instrução preparatória.....	543
2.2. Acusação, testemunhas	543
2.3. Julgamento, sentença.....	544
2.4. Recorribilidade, pagamento voluntário	545
3. — PROCESSO ABREVIADO	546
3.1. Noção e âmbito de aplicação	546
3.2. Processamento	547
3.3. Julgamento.....	548
3.4. Reenvio para a forma comum.....	549
3.5. Recorribilidade	550
4. — PROCESSOS JULGADOS EM 1.^a INSTÂNCIA NO TRIBUNAL SUPREMO	550
4.1. Âmbito de aplicação. As Relações	550
4.2. Participação criminal e instrução preparatória	551
4.3. Instrução contraditória.....	551
4.4. Fase do julgamento.....	552

CAPÍTULO IX

RECURSOS

1. — A DECISÃO JUDICIAL E O SEU CONTROLO	555
1.1. Razão de ser dos recursos.....	555
1.2. Constituição, direito internacional e recursos.....	559
1.3. Natureza dos recursos.....	564
1.4. Defeitos da sentença e forma de correcção.....	564
2. — ESPÉCIES DE RECURSOS.....	568

3. – OS RECURSOS ORDINÁRIOS	572
4. – RECURSOS PERANTE AS RELAÇÕES	572
4.1. Quando têm lugar	572
4.2. Poderes de cognição das Relações	573
5. – RECURSOS PERANTE O TRIBUNAL SUPREMO	576
5.1. Quando têm lugar	576
5.2. Poderes de cognição do Tribunal Supremo.....	578
6. – DISCIPLINA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS	580
6.1. Pressupostos e princípios gerais.....	580
6.1.1. Decisões susceptíveis e decisões insusceptíveis de impugnação	581
6.1.2. Legitimidade e interesse em agir	586
6.1.3. Obrigatoriedade de recurso pelo M.º P.º	595
6.1.4. Modo de recorrer	599
6.1.5. Prazos de interposição	600
6.1.6. Âmbito do recurso	602
6.1.7. Reclamação por não recebimento ou retenção do recurso.....	607
6.1.8. Regime de subida.....	608
6.1.9. Renúncia e desistência do recurso	613
6.1.10. Patrocínio judiciário	614
6.1.11. Tributação	615
6.2. Tramitação unitária dos recursos.....	616
6.2.1. Interposição do recurso	617
6.2.2. Fundamentação.....	618
6.2.2.1. Corpo da fundamentação	619
6.2.2.2. As conclusões da fundamentação	625
6.2.2.3. Renovação da prova.....	628
6.2.3. Actos subsequentes	630
6.2.4. O recurso no tribunal “ad quem” – actos prévios	632
6.2.5. Tramitação.....	633
6.2.5.1. Vista ao M.º P.º.....	633
6.2.5.2. Exame preliminar do relator	634
6.2.5.3. Julgamento do recurso	636
6.2.6. Deliberação e decisão	641
7. – OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS	644
8. – RECURSOS DE FIXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	645
8.1. Recursos de fixação de jurisprudência propriamente ditos.....	645
8.2. Recursos de decisões proferidas contra jurisprudência obrigatória	658
8.3. Recursos no interesse da unidade do direito.....	661

9. – RECURSOS DE REVISÃO	662
9.1. Ideia e razão de ser	662
9.2. Decisões susceptíveis de revisão	664
9.3. Legitimidade para recorrer.....	665
9.4. Prazo de interposição.....	666
9.5. Fundamentos do recurso.....	666
9.5.1. Falsidade ou nulidade dos meios de prova	667
9.5.2. Dolo de julgamento	670
9.5.3. Inconciliabilidade de decisões.....	671
9.5.4. Descoberta de novos factos ou meios de prova	671
9.5.5. Declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral.....	673
9.6. A questão da desistência do recurso.....	675
9.7. Tramitação	677
9.8. Nova revisão.....	681
10. – RECURSO DE CASSAÇÃO.....	683
10.1. Extensão e fundamentos	683
10.2. Competência para propor ou requerer.....	684
10.3. Prazo, requisitos do pedido, procedimento.....	685
CAPÍTULO X	
EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	
1. – REFERÊNCIAS DE CARÁCTER GERAL	693
1.1. Enquadramento	693
1.2. Princípios informadores.....	697
1.3. Decisões exequíveis e decisões inexecuáveis	704
1.4. Competências e atribuições em matéria de execução	705
2. – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO.....	708
2.1. Apresentação.....	708
2.2. Regime de execução	711
2.3. Liberdade condicional.....	719
2.4. Prisão em fins-de-semana.....	724
2.5. Pena relativamente indeterminada	726
3. – EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	728
4. – EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE E DA ADMOESTAÇÃO	734

5. — EXECUÇÃO DA PENA SUSPensa	737
6. — EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS	743
6.1. Proibição de condução.....	744
6.2. Expulsão do território nacional.....	745
7. — EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	750
7.1. Enquadramento	750
7.2. Execução da medida de internamento.....	751
7.3. Revisão e prorrogação do internamento	760
7.4. Liberdade para a prova.....	763
7.5. Execução da pena e da medida de segurança privativa da liberdade	766
7.6. Execução das medidas de segurança não privativas da liberdade	767
8. — EXECUÇÃO DE BENS	769
9. — EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS APLICÁVEIS ÀS PESSOAS COLECTIVAS	769
9.1. Publicidade da decisão condenatória	769
9.2. Injunção judiciária.....	771
9.3. Proibição de celebração de contratos	772
9.4. Privação do direito a subsídios, subvenções ou incentivos.....	774
9.5. Interdição do exercício de actividades.....	774
9.6. Reabilitação da pessoa colectiva ou entidade equiparada	778
9.7. Encerramento provisório de estabelecimento.....	778
9.8. Encerramento definitivo e reabilitação.....	781
ÍNDICE REMISSIVO	785

